



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

13/10/2017

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. VARA CRIMINAL.....	4
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CNJ.....	5

Mandante, agenciador e executor da morte de taxista já estão presos a disposição da Justiça

José Enilson Queiroz foi assassinado em frente a sua casa

ANTÔNIO PINHEIRO

A Delegacia de Homicídios de Imperatriz - SHPP/ITZ, sob a coordenação do Delegado de Polícia Civil, Praxisteleus Martins e com apoio da equipe desta Especializada, composta pelos investigadores Nielson, Rafael, Gean e Cabral e o escrivão, Wagno, realizaram o cumprimento do Mandado de Prisão Temporária em desfavor de Manoel Aroldo Castro Oliveira, bem como, de busca e apreensão na residência deste.

No decorrer das diligências investigativas perpetradas nos autos complementares do Inquérito Policial que apurou a morte violenta de que foi vítima o taxista, José Enilso Queiroz da Cunha, em 11 julho 2017, no bairro Bacuri, apurou-se a participação de Manoel Aroldo como intermediador do serviço de pistolagem

realizado por Paulo Gilson Matias de Melo, por encomenda de Francisco Ferreira da Costa, vulgo "Chico Papada".

Cabe informar, ainda, que na tarde de segunda-feira, 09 de outubro de 2017, foi realizada a prisão temporária de Paulo Gilson, na cidade de Mário Campos/MG, através de ação coordenada pelo DPC Wellington, titular naquela comarca.

Destaque-se que tais prisões foram deferidas pelo Juízo da Central de Inquéritos e Custódia desta Comarca, por meio de representação do Delegado Titular dessa unidade de polícia judiciária. Após a prisão de Manoel Aroldo, este foi conduzido à Delegacia de Homicídios, para o cumprimento dos procedimentos de praxe, bem como, já se encontra à disposição da Justiça na Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz.



Manoel Aroldo (agenciador) e Paulo Gilson (executor).



Francisco Ferreira da Costa.

Fotos: Divulgação

Prefeitura vai implantar fábrica de bloquetes em parceria com o Judiciário

Projeto de 'Profissionalizar para Reintegrar' objetiva ressocialização de apenados

Será lançado até o final de novembro o projeto 'Profissionalizar para Reintegrar', idealizado pelo Conselho Carcerário, Vara de Execuções Penais, Promotoria de Execução Penal de Imperatriz, em parceria com a Prefeitura e a empresa Citelum. O projeto consiste em aproveitar a mão de obra dos internos na fabricação de bloquetes e meio fio, em uma fábrica que será instalada dentro da Penitenciária Regional de Imperatriz, no bairro Itamar Guará.

Além de cumprir os requisitos da Lei de Execução Penal 7210/84, fazendo com que o apenado cumpra a pena a ele imposta, e por meio do trabalho, reintegrá-lo ao mercado, objetiva também dar resposta à sociedade ao colocar o preso em situação de trabalho produtivo. Para o pastor Walmir Nogueira, presidente do Conselho Carcerário de

Imperatriz, "o aproveitamento da mão de obra é uma resposta para a população, uma vez que investe para manter os internos em cárcere, e esse trabalho serve como retribuição, pois retira o interno da cela e o mantém ativo, tornando-se um trabalho produtivo e profissionalizante".

Em reunião com o juiz da Vara de Execuções Penais de Imperatriz e o pastor Walmir Nogueira, o prefeito Assis Ramos tratou dos últimos ajustes para implantação da fábrica, aquisição do maquinário, a parte técnica e de insumos, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Além da produção e treinamento dos apenados que participarão das equipes de trabalho, capacitados pelo Conselho Carcerário.

O juiz Mário Henrique, enalteceu a parceria entre Prefeitura e judiciário, que

tem o objetivo de contribuir na profissionalização dos presos e consequentemente no processo de ressocialização. "Vamos estreitar os laços entre os representantes da administração pública, criando novas oportunidades de inserir os detentos e egressos do sistema prisional ao convívio social", explica.

Para Assis Ramos, a relação custo-benefício é bastante vantajosa em diversos aspectos, além dos inúmeros fatores sociais. "A integração dos presos na sociedade e a produção de um bem que será utilizado para melhoria da cidade, traz vantagens de maneira geral. Enquanto contribuímos para a ressocialização de quem foi marginalizado aqui fora, oferecemos à sociedade uma forma de quitação da dívida, através do trabalho realizado por eles", conclui. **(Assessoria)**

reprodução



Iniciativa contribui diretamente na ressocialização dos internos da Penitenciária Regional de Imperatriz.

Julgados acusados da morte de Pedro Ventura

IMPERATRIZ

Somente na madrugada de ontem terminou o julgamento dos acusados do assassinato e ocultação de cadáver do microempresário Pedro Brandão Ventura, ocorrido em agosto de 2015, em Imperatriz. A sessão do julgamento, presidida pelo juiz Marcos Antônio de Oliveira, durou três dias e foi iniciada na manhã de terça-feira, 10, no fórum dessa cidade.

A ex-esposa da vítima, Cícera Célia Ribeiro Teotônio, foi condenada a 18 anos e 11 meses de reclusão por homicídio duplamente qualificado por motivo torpe, sem chances de defesa da vítima, como ainda pelo crime de ocultação de cadáver. Já o irmão dela, Daniel Teotônio, foi condenado a um ano e 15 dias de reclusão com pena convertida em duas restrições de direito de fim de semana e serviços prestados à comunidade e vai responder em liberdade. A mulher de Teotônio, Samara Araújo, acusada de ter ajudado a limpar o sangue da vítima no local do crime, foi absorvida.

No primeiro dia da sessão foram ouvidas 19 testemunhas, além de policiais civis, entre eles o delegado Carlos César Andrade que investigou e elucidou o crime. ●

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



1 O Poder Judiciário custou aos cofres públicos R\$ 84,8 bilhões no ano passado, mostra o relatório Justiça em Números, divulgado esta semana pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No relatório divulgado no ano passado, referente ao ano de 2015, o gasto foi de R\$ 79,2 bilhões.